



**FORMULÁRIO DE REGISTO PARA ENCAMINHAMENTO AO SETOR DE
ESCUTA ESPECIALIZADA DE LAGES**

Feito SINAN () SIM () NÃO Enviado em:

Feito APOMT () SIM () NÃO Enviado em:

Suspeita da equipe () Revelação Espontânea (x)

Onde ocorreu a revelação:

2. IDENTIFICAÇÃO DA CRIANÇA/ADOLESCENTE (VÍTIMA):

2.1 Nome social: _____

2.2 Nome da criança/adolescente: _____

2.3 Gênero: () masculino () feminino () Outras

2.4 Data de nascimento: _____

2.5 Endereço onde a criança/adolescente reside:

Rua: _____ nº _____

CEP: _____ Bairro: _____ Apt.: _____

Ponto de referência: _____

Fone residencial: () _____ Celular: () _____

E-mail: _____

Escola que estuda: _____

3. DADOS DOS PAIS OU RESPONSÁVEL :

3.1 Nome da mãe: _____

3.2 Nome do pai: _____

3.3 Responsável, caso não conviva com os pais: _____



Grau de parentesco (com o responsável): _____

3.4 Endereço dos pais (caso a criança/adolescente não conviva com eles):

Rua: _____ n. _____

CEP: _____ Bairro: _____ Apt.: _____

Ponto de referência: _____

Fone residencial: (____) _____ Celular: (____) _____

E-mail (____) _____

4. VIOLÊNCIA IDENTIFICADA

() Física () Violência Sexual () Psicológica () Violência institucional

5. Registro do Relato

(descrever as palavras utilizadas pela vítima, atentando para a observação do ambiente, da situação, reincidência, indicação do possível agressor...)



Profissional que atendeu: _____

Gestor da unidade: _____

- Comunicação ao Conselho Tutelar
- Notificação para a vigilância epidemiológica
- Comunicação do fato à autoridade policial (Art. 13, Lei 13431/2017)
- Cientificação ao Ministério Público (Art. 13, Lei 13431/2017)
- Atendimento de saúde. Onde: _____
- Atendimento na Assistência Social. Onde: Serviço Social Hospitalar
- Atendimento na Educação. Qual escola: _____
- Outros. Qual? _____

ATENÇÃO: O responsável por receber o relato deverá entrar em contato com a Escuta Especializada para agendamento e se não houve a comunicação do Conselho Tutelar que comunique. Fluxo de encaminhamento desenvolvido para a cidade de Lages/SC.

Fonte: Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente. Ministério dos Direitos Humanos, adaptado pelo Grupo de Trabalho Interinstitucional de SC, 2020.